

Disciplina: **DIREITO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS -**

Código: **DB069**

Pré-requisito: vide Ficha 1

Natureza: Semestral

Docente: Professor Egon Bockmann Moreira

### **PROGRAMA:**

I. Introdução às concessões de serviços públicos: 1) Aula inaugural. Definição do tema e apresentação da disciplina. Apresentação de casos concretos; 2) Programa Nacional de Desestatização. Desestatização e privatização (formal e substancial). Privatização substancial vs. concessões e permissões; 3) Concessões de serviços e/ou de obras públicas. As modalidades concessionárias e a legislação pertinente: concessão comum, concessão administrativa e concessão patrocinada. Definições legais, seus efeitos e limites; 4) Poder Concedente. Poder concedente e administração indireta. Poder concedente e “convênios de serviço público”. Poder concedente e “consórcios públicos”.

II. A visão contemporânea das concessões de serviços públicos: 1) Definições de concessão de serviço público: variações e tendências; 2) Concessão de serviço público: relação jurídica unitária e complexa. 3) Concessão de obra pública. Concessão de obra pública e “Direitos Reais Administrativos”. 4) Concessão de serviço público precedida de obra pública. As siglas anglo-saxônicas: *DBOFT*, *BOT*, *ROT*, *BOOT* e *BOO*. Concessões e *project finance*. Custos, remuneração e amortização. 5) Permissão e autorização de serviço público: uma breve notícia. III. Princípios da Lei Geral de concessões de serviços públicos (Lei 8.987/1995): 1) Princípios da Lei Geral de concessões: sua compreensão responsável. 2) Serviço adequado e as “Leis de Rolland”: a contextualização do debate. 3) Serviço adequado como o pressuposto. Serviço adequado e pleno atendimento aos usuários. Serviço adequado conforme a Lei Geral, as normas pertinentes e o contrato administrativo. 4) Serviço adequado: regular, contínuo, eficiente, seguro, atual, geral e cortês. Serviço adequado, atualidade tecnológica e universalização. Serviço adequado e modicidade tarifária. 5) Interrupção da prestação do serviço: razões de ordem técnica; razões de segurança; inadimplemento do usuário. Interrupção e direito de greve no serviço público. IV. A relação jurídica concessionária: direitos, deveres e obrigações 1) Relação jurídica concessionária e as relações especiais de administração. 2) Relação jurídica concessionária: direitos, deveres e obrigações. 3) Natureza e regime jurídico dos contratos de prestação. 4) Código de Defesa do Consumidor e a prestação do serviço concedido. 5) Direito ao serviço público adequado. 6) Regime de obrigações dos usuários. V. Estudo de caso 1) Exame de recente caso concreto, definido ao início do programa, que permita ao aluno debater a propósito do conteúdo programático.

### **METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:**

Aulas expositivas; leituras de textos selecionados e debates; seminários. Será obrigatória a leitura e a compreensão da bibliografia básica, ao passo que as referências bibliográficas a propósito de temas específicos serão objeto de debates pontuais.

**AVALIAÇÃO:**

Prova escrita (trimestral) e avaliação de fichas de leitura dos textos selecionados.

**OBJETIVO(S):**

O programa pretende incentivar o aluno a conhecer com profundidade o regime e a natureza das concessões de serviço público, sua evolução histórica e tendências contemporâneas.

**BIBLIOGRAFIA:**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NACIONAIS.

## CURSOS, TEXTOS GERAIS E COMENTÁRIOS:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito dos serviços públicos*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 25ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Prestação de serviços públicos e administração indireta*. 2ª ed., 3ª tir. São Paulo: RT, 1987.

CINTRA DO AMARAL, Antônio Carlos. *Concessão de serviço público*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

COUTO E SILVA, Almiro do. "Privatização no Brasil e o novo exercício de funções públicas por particulares. Serviço público 'à brasileira'?" *RDA* 230/45-74. Rio de Janeiro: Renovar, out./dez. 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na administração pública*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GROTTI, Dinorá A. Musetti. *O serviço público e a Constituição brasileira de 1988*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Teoria geral das concessões de serviços públicos*. São Paulo: Dialética, 2003.

MASAGÃO, Mário. *Natureza jurídica da concessão de serviço público*. São Paulo: Saraiva, 1933.

MEDAUAR, Odete; OLIVEIRA, Gustavo Justino de. *Consórcios públicos: comentários à Lei 11.107/2005*. São Paulo: RT, 2006.

PORTO NETO, Benedicto. *Concessão de serviço público no regime da Lei 8.987/95: conceitos e princípios*. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

RIBEIRO, Maurício Portugal e PRADO, Lucas Navarro. *Comentários à Lei de PPP: parceria público-privada, fundamentos econômico-jurídicos*. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *Estudo sobre Concessão e Permissão de Serviço Público no Direito Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1996.

SUNDFELD, Carlos Ari (coord.), *Parcerias público-privadas*. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

WALD, Arnoldo; MORAES, Luiza Rangel de; WALD, Alexandre de M. *O direito de parceria e a lei de concessões*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

## TEMAS ESPECÍFICOS E BIBLIOGRAFIA DE APOIO:

ATALIBA, Geraldo e MACHADO, Luiz Alberto (coords.). "Iniciativa privada e serviços públicos: fórmulas de estímulo e garantias para atrair capitais e experiência gerencial privados para os serviços públicos". *Separata da RDP* 98. São Paulo: RT, abr./jun. 1991.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BANDEIRA DE MELLO, Oswaldo Aranha. "Aspecto jurídico-administrativo da concessão de serviço público". *RDA Seleção Histórica* 205-234. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

BONOMI, Claudio Augusto e MALVESSI, Oscar. *Project finance no Brasil: fundamentos e estudos de casos* 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BORGES, Alice Gonzalez. "Os consórcios públicos na sua legislação reguladora". *Revista Interesse Público* 32/227-248. Porto Alegre: NotaDez, jul./ago. 2005.

BORGES, Luiz Ferreira Xavier; FARIA, Viviana Cardoso de Sá e. "Project finance: considerações sobre a aplicação em infra-estrutura no Brasil." *Revista do BNDES* 18/241-280. Rio de Janeiro: dez. 2002. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev1808.pdf>. Acesso em 28 de dezembro de 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Uso privativo de bem público por particular*. São Paulo: RT, 1983.

FARACO, Alexandre Ditzel e COUTINHO, Diogo R. "Regulação de indústrias de rede: entre flexibilidade e estabilidade." *Revista de Economia Política* 27 (2)/ 261-280. São Paulo: Ed. 34, abr./jun. 2007.

GROTTI, Dinorá A. Musetti. , "A greve no serviço público". *IDAF* 92/723-736. Curitiba: Zênite, mar. 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. "As diversas configurações da concessão de serviço público". *RDPE* 1/95-176. Belo Horizonte: Fórum, jan./mar. 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. "Novos sujeitos na administração pública: os consórcios públicos criados pela lei federal nº 11.107". In F. M. OSÓRIO e M. J. VILLELA SOUTO (coords.), *Direito Administrativo: estudos em homenagem a Diogo de Figueiredo Moreira Neto*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

JUSTEN, Monica Spezia. *A noção de serviço público no direito europeu*. São Paulo: Dialética, 2003.

LEONARDO, Rodrigo Xavier. "Redes contratuais: uma contextualização entre empresa e mercado". *RDPE* 7/225-234. Belo Horizonte: Fórum, jul./set. 2004.

LIMA, Ruy Cirne. "A relação jurídica no direito administrativo". *RDP* 85/26-42. São Paulo: RT, jan./mar. 1988.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. "Os consórcios públicos". *RDE* 2/289-340. Rio de Janeiro: Renovar, abr./jun. 2006.

MORAES, Luiza Rangel de. "Considerações sobre BOT – project finance e suas aplicações em concessões de serviços públicos". *RDA* 122/135-150. Rio de Janeiro: Renovar, abr./jun. 1998.

SALOMÃO NETO, Eduardo. *Direito bancário*. São Paulo: Atlas, 2005.

TEIXEIRA, J. H. Meirelles. "Permissão e concessão de serviço público" (parecer). *RDP* 6/100-134 e *RDP* 7/114-138. São Paulo: RT, out./dez. 1968 e jan./mar. 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ESTRANGEIRAS.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de. *Teoria geral da relação jurídica*, vols. I e II. Coimbra: Almedina, 1987.

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Direito civil - teoria geral*, vol. III. Coimbra: Coimbra Ed., 2002.

BONNARD, Roger. *Précis de droit administratif*. Paris: Sirey, 1935.

CAETANO, Marcello. *Manual de direito administrativo*, t. I. 10ª ed. (9ª reimpr.). Coimbra: Almedina, 2007.

CAETANO, Marcello. *Manual de direito administrativo*, t. II. 10ª ed. (9ª reimpr.). Coimbra: Almedina, 2008.

COSSALTER, Phillipe. “A ‘private finance initiative’”. Trad. de M. Justen Filho. *RDPE* 6/127-180. Belo Horizonte: Fórum, abr./jun. 2004.

ESTORNINHO, Maria João. “Concessão de serviço público – que futuro?” In J. L. M. LÓPEZ-MUÑIZ e F. DE QUADROS, *Direito e justiça: VI colóquio luso-espanhol de Direito Administrativo*. Lisboa: Univ. Católica Ed., 2005.

FIGUEIREDO DIAS, Gabriela. “*Project finance*: primeiras notas”. In *IDET – Miscelâneas nº 3*. Coimbra: Almedina, 2004.

FRISON-ROCHE, Marie-Anne. “Les rythmes dans l’évolution conjointe et commune des services publics”. In CHEVALIER, J.-M.; EKELAND, I.; FRISON-ROCHE, M.-A. (orgs.). *L’idée de service public est-elle encore soutenable?* Paris: PUF, 1999.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo e FERNÁNDEZ, Tomás-Ramón. *Curso de derecho administrativo*, vol. II. 9ª ed. Madri: Thomson/Civitas, 2004.

GARCIA MACHO, Ricardo. *Las relaciones de especial sujeción en la Constitución española*. Madri: Tecnos, 1992.

GONÇALVES, Pedro e MARTINS, Licínio Lopes. Os serviços públicos económicos e a concessão no Estado Regulador. In: MOREIRA, Vital (org.). *Estudos de regulação pública – I*. Coimbra: Coimbra Ed., 2004.

GONÇALVES, Pedro. *A Concessão de serviços públicos*. Coimbra: Almedina, 1999.

GONZÁLEZ PÉREZ, Jesús. *Los derechos reales administrativos*. 2ª. ed. (reimpr.). Madri: Civitas, 1989.

HESPANHA, António Manuel. *O caleidoscópio do Direito: o Direito e a Justiça nos dias e no mundo de hoje*. Coimbra: Almedina, 2007.

LEITÃO, Alexandra. “Os contratos interadministrativos” . In P. GONÇALVES (org.), *Estudos de contratação pública – I*. Coimbra: Coimbra Ed., 2008.

MAYER, Otto. *Derecho administrativo alemán*, t. I e t. IV. 2ª ed. Trad. H. H. Heredia e E. Krotoschin. Buenos Aires: Depalma, 1982.

MONIZ, Ana Raquel Gonçalves. *O domínio público: o critério e o regime jurídico da dominialidade*. Coimbra: Almedina, 2006.

OTERO, Paulo. “Coordenadas jurídicas da privatização da Administração Pública”. In A. J. AVELÃS NUNES (org.), *Os caminhos da privatização da Administração Pública*. Coimbra: Coimbra ed., 2001.

PINTO, Carlos Alberto da Mota. *Teoria da relação jurídica*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Ed., 1989.

ROLLAND, Louis. *Précis de droit administratif*. 9ª ed. Paris: Dalloz, 1947.

SALAS HERNÁNDEZ, Javier. “Sobre la naturaleza jurídica de las relaciones entre los usuarios de servicios públicos y las empresas concesionarias”. *REDA* 4/29 ss. (CD-Rom). Madri: Civitas, jan./mar. 1975.

SILVA, Vasco Pereira da. *Em busca do acto administrativo perdido*. Coimbra: Almedina, 1998.

VASCONCELOS, Pedro Pais de. *Teoria geral do direito civil*. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2007.

#### SÍTIOS DE INTERESSE.

[http://biblioteca.senado.gov.br:8991/F/?func=find-b-0&local\\_base=BBD](http://biblioteca.senado.gov.br:8991/F/?func=find-b-0&local_base=BBD) – Sítio da BIBLIOTECA BRASILEIRA DE DIREITO, que permite o acesso à base de dados de toda a bibliografia jurídica nacional.

<http://www.bndes.gov.br> – O endereço virtual do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL traz informações a respeito dos processos de desestatização, bem como balanços periódicos de seus resultados, além da *Revista do BNDES*.

<http://www.direitodoestado.com.br/> - Editado e coordenado por PAULO MODESTO, este sítio congrega três periódicos (*Revista Eletrônica de Direito do Estado*; *Revista Eletrônica da Reforma do Estado* e *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*), além de vídeos com palestras e depoimentos de célebres juristas brasileiros e estrangeiros.

<http://www.ibge.gov.br> – O sítio do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA permite acesso aos mais importantes dados econômicos e sociais brasileiros.

<http://www.reformadagestaopublica.org.br/> - Organizado por LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, contém os principais textos da Reforma Gerencial do Estado brasileiro.

<http://www.sbdp.org.br/> - Fundada e presidida por CARLOS ARI SUNDFELD, a SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO tem em seu sítio tanto o precioso Índice de Direito Público (que abrange periódicos científicos e livros) como vários artigos, monografias e debates sobre temas do Direito Público contemporâneo.

<http://www.stf.jus.br> e <http://www.stj.jus.br> – sítios de pesquisa jurisprudencial do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.